REVISTA DE
EDUCAÇÃO
PUC-CAMPINAS

DOSSIÊ

Massificação, expansão, e democratização do ensino superior

Editor
Artur José Renda Vitorino

Disponibilidade de dados
Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

Uso de software de IA
Não foram utilizadas ferramentas de IA em nenhuma parte da elaboração deste manuscrito.

Conflito de interesses
As autoras declaram não haver conflito de interesses.

Recebido
31 jan. 2026

Versão Final
19 jul. 2026

Aprovado
28 ago. 2026

Desigualdades raciais e acesso ao ensino superior: análise do perfil socioeconômico dos/as inscritos/as no Enem

Racial inequalities and access to higher education: analysis of the socioeconomic profile of those enrolled in Enem

Ana Luiza Rossi **Carvalho**[1], Jaqueline Pereira de **Oliveira**[1]

[1] Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Goiânia, GO, Brasil. Correspondência para: J. P. OLIVEIRA. *E-mail*: <jaquelinepereira@ufg.br>.

Artigo elaborado a partir da monografia de A. L. R. CARVALHO, intitulada: "Perfil dos/as inscritos/as no Enem em Goiás". Universidade Federal de Goiás, 2024.

Como citar este artigo: Carvalho, A. L. R.; Oliveira, J. P. Desigualdades raciais e acesso ao ensino superior: análise do perfil socioeconômico dos/as inscritos/as no Enem. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v. 31, e18350, 2026. Doi: https://doi.org/10.24220/2318-0870v31a2026e18350.

Resumo

Tendo como foco as desigualdades raciais na educação e as oportunidades de acesso às instituições de ensino superior públicas, este artigo tem por objetivo demonstrar, a partir do recorte racial, o perfil socioeconômico e a estrutura familiar dos/as estudantes que se inscreveram para o Exame Nacional do Ensino Médio no ano de 2023, no estado de Goiás. A pesquisa foi desenvolvida à luz da abordagem quantitativa utilizando os microdados do exame disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Os dados foram organizados e analisados por meio do software de análise quantitativa *Statistical Package for the Social Sciences*. Os resultados apontam que a maior parte dos inscritos em Goiás é egressa de escolas públicas, se autodeclara negra e enfrenta condições que colocam esse grupo em situação de desvantagem no exame. Desse modo, a pesquisa destaca a importância e o fortalecimento das ações afirmativas para que grupos historicamente excluídos tenham acesso ao ensino superior.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Condições do domicílio. Educação. Estrutura familiar. Infraestrutura escolar.

Abstract

Focusing on racial inequalities in education and access to public higher education institutions, this article aims to outline, through a racial lens, the socioeconomic profile and family structure of students in the state of Goiás who registered for the 2023 National High School Exam. The study employed a quantitative approach using National High School Exam microdata made available by the National Institute of Educational Studies and Research. The data were organized and analyzed using the Statistical Package for the Social Sciences software. The results indicate

CC BY

that the majority of registrants in Goiás come from public schools, self-identify as Black, and face socioeconomic and family conditions that place this group at a disadvantage in the exam. Thus, the research highlights the importance of strengthening affirmative action policies to ensure that historically excluded groups gain access to higher education.

Keywords: *Affirmative actions. Household conditions. Education. Family structure. School infrastructure.*

Introdução

As desigualdades educacionais, compreendidas como disparidades no acesso, na permanência e na qualidade da aprendizagem nos diferentes níveis e instituições de ensino, são recorrentes no Brasil e comprometem a garantia de um dos principais direitos de cidadania que é o acesso à educação.

As análises sociológicas das desigualdades educacionais partem do pressuposto de que elas são construídas socialmente e, portanto, demandam políticas públicas para seu combate. Isso implica refletir sobre o êxito e o fracasso escolar não a partir de perspectivas essencialistas, que consideram apenas os recursos cognitivos dos diferentes indivíduos, mas sim como desdobramentos das oportunidades, trajetórias e ferramentas materiais e simbólicas determinadas pelas estruturas sociais. Desse modo, compreender as desigualdades educacionais como questão social é fundamental para a implementação de políticas públicas comprometidas com a justiça em educação.

As condições impostas à população negra no Brasil produziram um conjunto de violações, dentre as quais destacamos a negação do direito à educação. Além das implicações decorrentes dos processos históricos de interdição e das barreiras de acesso às escolas públicas (Oliveira, 2024), bem como dos mecanismos que retroalimentam o racismo no ambiente escolar (Gomes, 2011), é necessário considerar também as determinações socioculturais e econômicas que incidem sobre a dinâmica familiar e as condições dos domicílios na compreensão das desigualdades raciais na educação (Hasenbalg; Silva, 2003).

Para além das diferenças nos padrões de estrutura e qualidade, é possível afirmar que, embora lenta e desafiadora, houve uma melhoria significativa no acesso à educação básica no Brasil (Trevisol; Mazzioni, 2018). Evidentemente, isso não significa que todas as pessoas têm as mesmas condições materiais e subjetivas para se manter estudando e concluir essa etapa de ensino com qualidade.

No que diz respeito à educação superior, a implementação das ações afirmativas foi um marco fundamental para ampliação das possibilidades de acesso a esse nível de ensino, historicamente restrito a um determinado grupo social composto, em sua maioria, por pessoas brancas. A despeito dessa mudança tão importante impulsionada pela lei de cotas, o acesso ao ensino superior, especialmente nas instituições públicas, ainda se coloca como desafio a ser enfrentado, tal como expresso pelo Plano Nacional de Educação (PNE) vigente (Brasil, 2026).

Os dados do último Censo, realizado em 2022, demonstram que, embora a população negra seja maioria no Brasil (55,8%), esse grupo aparece em menor proporção (46,10%), em comparação com a população branca (53,9%), entre os que possuem formação superior no país (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022). Tal disparidade, construída por mecanismos estruturais, evidencia a persistência das desigualdades raciais e reforça a importância e o fortalecimento das políticas de ações afirmativas e demais estratégias que potencializam o acesso, como o Sistema de Seleção Unificada (SISU), que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como

critério de seleção para ingresso nas instituições públicas federais de ensino superior (Brasil, 2017; Malusá; Ordones; Ribeiro, 2014).

Tendo como foco a problematização acerca das desigualdades na educação, o objetivo deste artigo é analisar, a partir do recorte racial, o perfil socioeconômico e a estrutura familiar dos/as estudantes que se inscreveram para o Enem, no ano de 2023, no Estado de Goiás[2]. O processo de reflexão sobre as especificidades regionais possibilita a construção de evidências que podem subsidiar a elaboração de ações e políticas educacionais que estejam alinhadas à realidade local.

Partindo da perspectiva sociológica de que refletir sobre desigualdades implica, especialmente no Brasil, considerar o racismo estrutural, este texto propõe uma análise relacional, demonstrando como a disparidade de recursos incide nas possibilidades de preparação para o exame. Essa perspectiva colabora para a problematização de concepções meritocráticas que desconsideram as condições impostas pelas estruturas sociais nas análises que têm por objetivo compreender as desigualdades raciais na educação, especialmente no ensino superior.

Além desta introdução e das considerações finais, este artigo está organizado em duas partes. Na primeira, há uma exposição dos procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento da pesquisa e na estruturação do texto. Na segunda, serão apresentadas as análises dos Microdados do Enem 2023 à luz de reflexões sociológicas, dando destaque para o padrão desigual de acesso a recursos materiais e simbólicos que impactam a trajetória educacional dos diferentes grupos sociais.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa aqui apresentada é de base quantitativa e foi realizada a partir da análise dos Microdados do Enem, referentes ao ano de 2023. Os microdados são um conjunto de informações detalhadas sobre os/as inscritos/as no referido exame, produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Ao realizar a inscrição no Enem, o/a participante responde algumas perguntas que são caracterizadas no documento "Dicionário Microdados Enem 2023" como "Dados do Participante". Essas questões incluem faixa etária, sexo, estado civil, cor/raça, nacionalidade, situação de conclusão do ensino médio, ano de conclusão do ensino médio, tipo de escola do ensino médio, tipo de instituição que concluiu ou concluirá o ensino médio e se o/a estudantes realizou a prova como treineiro ou não. O Questionário Socioeconômico é preenchido após essas questões e tem como objetivo traçar um perfil socioeconômico das pessoas que realizam o Enem e reúne informações acerca da estrutura familiar e condições do domicílio. Os arquivos a respeito do Enem 2023 foram divulgados no dia 30 de abril de 2024, sendo importante ressaltar que nenhuma informação que possibilite identificar as/os inscritas/os é divulgada (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024).

A pesquisa realizou um recorte analítico de estudantes concluintes do ensino médio, excluindo da amostra dados dos inscritos na modalidade "treineiro", ou seja, aqueles/las que participaram do Enem apenas para treinar seus conhecimentos. Além disso, foram selecionadas apenas inscrições de estudantes que indicaram Goiás como estado de realização das provas.

[2] Os resultados aqui apresentados são provenientes de uma pesquisa de monografia defendida no ano de 2025 no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

No corte analítico, foram consideradas somente as inscrições de estudantes que se autodeclaram[3] na inscrição como pretos, pardos ou brancos. Nesse ponto, é importante ressaltar que o termo "raça" será utilizado "atribuindo-lhe um significado político construído a partir da análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro e considerando as dimensões histórica e cultural que este nos remete" (Gomes, 2005, p. 47). É relevante destacar também que, para realizar as análises, as categorias "preto" e "pardo" foram agrupadas na categoria "Negra". Isso se justifica porque, ao se comparar as situações e desafios de pessoas pretas e pardas, observa-se muitas semelhanças entre esses grupos e, por outro lado, muitas diferenças quando comparadas com outras categorias de cor, em especial a branca (Gomes, 2005).

No ano de 2023, em Goiás, 149.122 pessoas se inscreveram no Enem. Deste total, 69.668 estudantes eram concluintes do ensino médio, dentre os quais 65.782 se autodeclaram brancos, pretos ou pardos, foco da nossa análise. Para fins de organização e análise dos dados, foi utilizado o software IBM®SPSS®, cujas funções possibilitam realizar análises estatísticas avançadas, além de propiciar a transformação dos dados estatísticos em gráficos e tabelas. Além das categorias atinentes ao perfil, como gênero e raça, analisamos também o tipo de escola de conclusão do ensino médio, a escolaridade, a ocupação e o rendimento dos pais ou responsáveis, bem como a estrutura dos domicílios.

Resultados e Discussão

Perfil estudantil

Considerando os objetivos da reflexão aqui apresentada, esta seção busca analisar como as condições de vida das pessoas inscritas no Enem podem repercutir no processo de preparação para o exame. Parte-se do pressuposto de que classe, raça e gênero são construções sócio-históricas que, de forma interseccional, impactam as trajetórias de vida e o acesso a oportunidades e recursos (Gonzalez, 1984; Gomes, 2003a).

No que diz respeito ao gênero, foi possível observar que as mulheres marcam presença majoritária entre as pessoas inscritas no Enem, tal como demonstra a Figura 1.

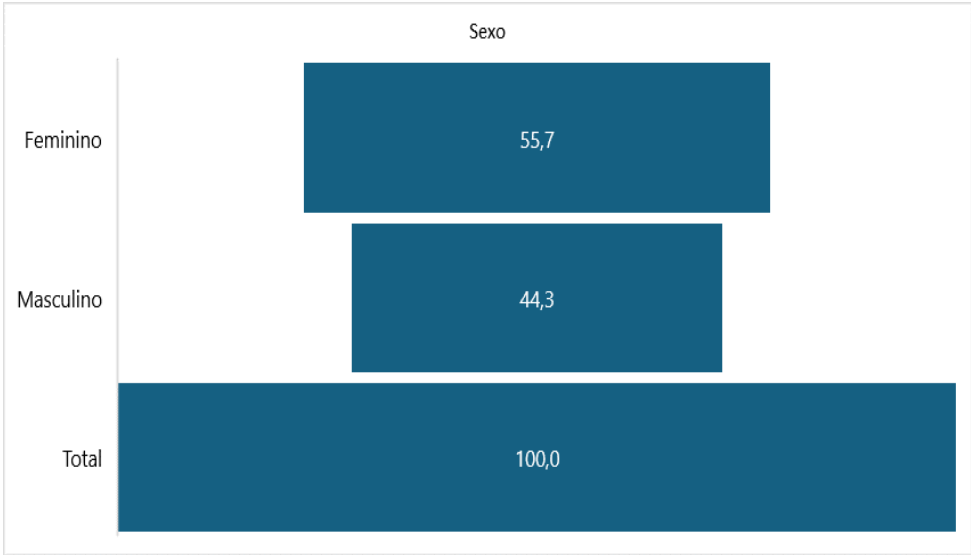


Figura 1 – Sexo.
Fonte: Elaboração própria com base no Microdados do Enem 2023.

[3] Amarelos e indígenas foram retirados da amostra, tendo em vista a baixa representatividade estatística no conjunto de dados. Além disso, no caso dos indígenas, há especificidades culturais que incidem de maneira diferente na problematização de algumas questões discutidas neste texto.

Tais dados estão em consonância com inúmeros estudos que indicam que as mulheres são mais escolarizadas que os homens em todos os níveis educacionais (Rosemberg, 2001). Indicadores produzidos pelo IBGE apontam que os meninos possuem maiores taxas de evasão escolar na educação básica devido, dentre outras questões, à necessidade de entrada precoce no mercado de trabalho (Bello, 2025). Importa destacar também que embora as mulheres sejam maioria entre as concluintes da educação básica, essa vantagem não se traduz em oportunidades ocupacionais com melhores condições de trabalho e salário.

No que diz respeito à raça/cor, as pessoas negras foram maioria entre as inscritas no Enem em Goiás no ano de 2023, como demonstra a Figura 2.

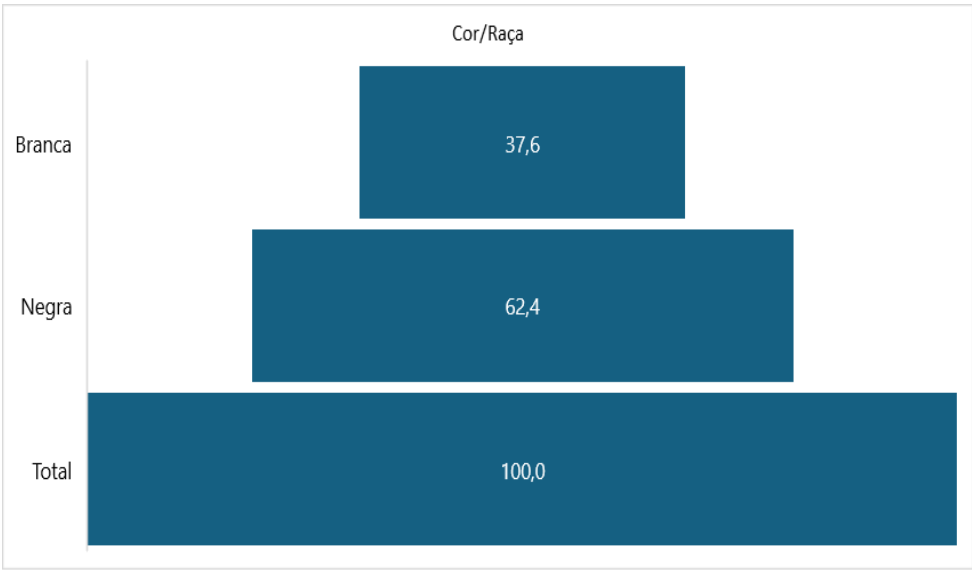


Figura 2 – Cor/Raça.
Fonte: Elaboração própria com base no Microdados do Enem 2023.

A população negra representa 63,4% da população goiana e, embora esse grupo represente a maior parte dos inscritos no Enem (62,4%) no ano analisado, tais pessoas acumulam um conjunto de desvantagens que podem incidir nas possibilidades de preparação para o exame, como será demonstrado. Partindo da perspectiva anunciada no início, de que as desigualdades educacionais são construídas, é necessário levar em conta os processos históricos que demarcam as trajetórias da população negra, especialmente no que diz respeito ao acesso e possibilidades de permanência na escola.

No Brasil, durante o período da escravidão e no pós-abolição, pessoas negras enfrentaram proibições e barreiras para frequentar a escola pública. Tal realidade impactou a vida de sucessivas gerações e esse contexto precisa ser considerado nas análises referentes às desigualdades raciais na educação no Brasil (Moura, 2023; Oliveira, 2024). Cabe observar que, historicamente, o movimento negro mobilizou um conjunto de reivindicações para que esse direito fosse garantido, tendo em vista sua importância na formação de quadros intelectuais e políticos, bem como por ampliar as oportunidades de mobilidade social (Domingues, 2007).

As reivindicações das organizações negras também sinalizavam a necessidade de mudanças na política educacional uma vez que a escola, longe de ser um espaço neutro, segue reproduzindo desigualdades, especialmente as raciais. A despeito de todos os deslocamentos positivos impulsionadas pela Lei nº 10.639 (Brasil, 2003), o cotidiano escolar ainda perpetua o racismo por meio do currículo, da linguagem, das práticas pedagógicas e das estruturas burocráticas (Gomes, 1996, 2011; Oliva, Da Conceição, 2023). Tais processos constroem barreiras que dificultam os

itinerários formativos de estudantes negros/as e comprometem o sentimento de pertencimento ao espaço escolar, fundamental para o aprendizado e para a permanência (Gomes, 2003a; Paula 2017).

Nesse ponto, vale refletir sobre os estudos qualitativos que demonstram os desafios enfrentados pelos meninos negros em seus percursos formativos. Além das dificuldades que os empurram precocemente para o mercado de trabalho, eles experimentam um conjunto de negligências e violências no espaço que deveria ser de acolhimento e aprendizado (Santos, 2024). Rezende e Carvalho (2012) refletem sobre a questão e apontam a forma como os estereótipos ligados ao "comportamento agressivo" e ao suposto desinteresse pelas atividades escolares tornam os meninos negros mais suscetíveis a suspensões e expulsões, enquanto eles afirmam desejar mais atenção e receber mais estímulos dos/as docentes (Rezende; Carvalho, 2012).

Em relação ao cotidiano escolar das meninas negras, este é marcado pela rejeição de suas características físicas, especialmente às ligadas ao cabelo crespo, e pela hipersexualização de seus corpos (De Sousa; Izaú, 2017). Essas práticas interferem na construção de suas identidades e estimulam processos de sofrimento, sentimentos de inferioridade e autonegação (Fanon, 2008; Souza, 2021), que podem repercutir negativamente no desempenho e socialização escolar (Guimarães; Lins, 2026; Matos; França, 2021). Os estereótipos raciais que ainda operam nas escolas intensificam a situação já desvantajosa das juventudes negras nesses espaços (Gomes, 2003a) e precisam ser compreendidos como barreiras que dificultam o acúmulo de anos de estudo para esse grupo.

No que diz respeito à variável "Tipo de Escola" (pública ou privada), a maioria (88,1%) dos/as estudantes concluíram a educação básica em escolas públicas. Isso reafirma a importância do Enem na ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior, ao mesmo tempo em que aponta a necessidade de investir nas instituições públicas de ensino. Nesse ponto, vale destacar os dados do Censo Educacional divulgados pelo Inep que demonstram que, embora a infraestrutura das escolas públicas tenha melhorado, ainda falta investimento em bibliotecas, laboratórios e redes de internet. Nesses quesitos, as instituições privadas contam com melhores condições de funcionamento (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023). Ao analisar a distribuição racial considerando o tipo de escola, temos os seguintes resultados (Figuras 3 e 4).

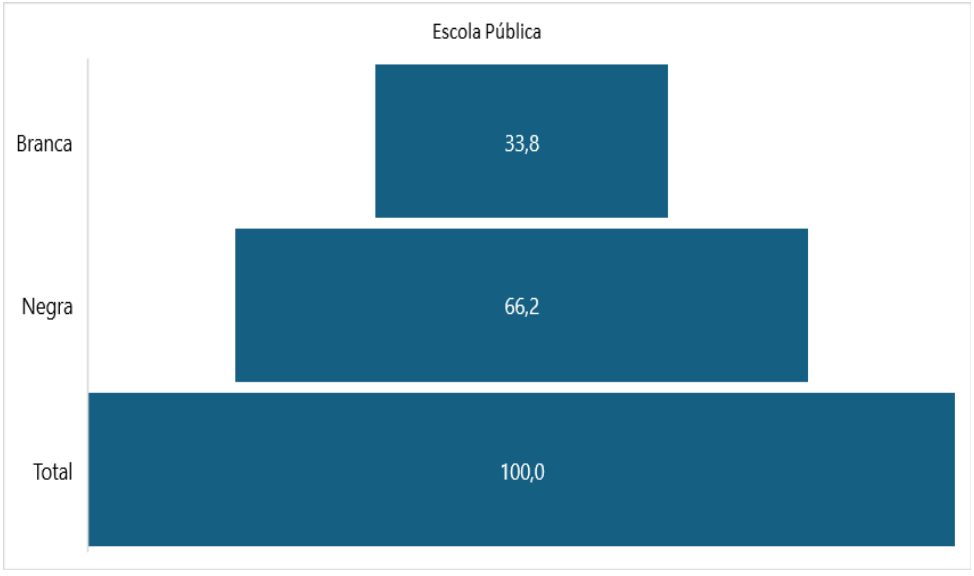


Figura 3 – Inscritos escolas públicas.
Fonte: Elaboração própria com base no Microdados do Enem 2023.

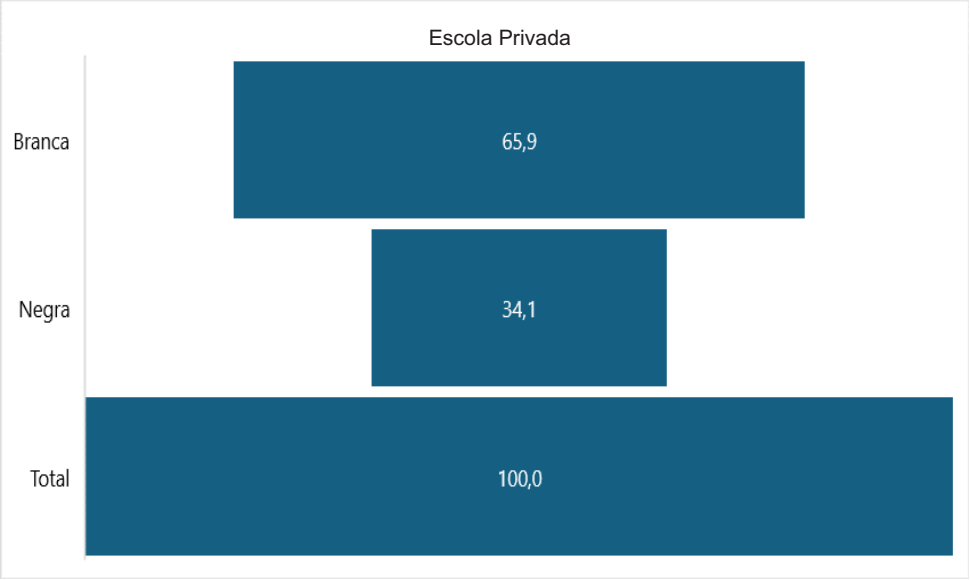


Figura 4 – Inscritos escolas privadas.
Fonte: Elaboração própria com base no Microdados do Enem 2023.

Considerando o fato de que as escolas públicas abrigam a maior parte de concluintes que se declararam negros/as, o fortalecimento da qualidade de ensino na rede pública de educação básica, dentre outras coisas, se apresenta como estratégia de fundamental importância para combater as desigualdades raciais na educação. Muitos estudos apontam que há correspondência positiva entre infraestrutura da escola e desempenho dos e das estudantes (Garcia; Rios-Neto, 2021). Além disso, instituições de ensino bem estruturadas apresentam menores percentuais de evasão e reprovação (Cerqueira; Sawyer, 2007; Riani; Rios-Neto, 2008).

Perfil familiar e estrutura dos domicílios

Os estudos no campo da sociologia da educação ressaltam que existe uma forte correlação entre estrutura familiar e desempenho escolar. De acordo com Bourdieu (2007, p. 41):

> Cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar.

Além disso, Lahire (1997) afirma que, para compreender resultados e até mesmo comportamentos de estudantes na escola, seria necessário realizar uma reconstrução da "rede de interdependências familiares" (Lahire, 1997, p. 19). Hasenbalg e Silva (2003) sinalizam que a origem familiar é, de fato, importante para a obtenção do capital cultural, compreendido como um conjunto de conhecimentos, hábitos e competências que podem ser transmitidas entre gerações (Bourdieu; Passeron, 2014; Lahire, 1997). Tais perspectivas orientaram a análise referente ao perfil familiar e condições de infraestrutura disponíveis no questionário socioeconômico respondido pelos/as estudantes inscritos/as no Enem.

As credenciais de escolaridade dos pais ou pessoa responsável têm impacto significativo no desempenho escolar dos filhos/s, com destaque para a escolaridade das mães, uma vez que as construções socioculturais acerca dos papéis de gênero atribuem às mulheres o papel de cuidado, incluindo o acompanhamento da rotina escolar dos/as filhos/as. No que diz respeito a esse ponto, veja a Tabela 1.

Tabela 1 – Escolaridade dos pais ou responsáveis.

Escolaridade	Mãe		Pai	
	Branca (%)	Negra (%)	Branca (%)	Negra (%)
Nunca estudou	21,8	78,2	20,8	79,2
Anos iniciais do ensino fundamental incompletos	25,8	74,2	28,1	71,9
Anos finais do ensino fundamental incompletos	28,4	71,6	32,2	67,8
Ensino médio incompleto	31,6	68,4	35,4	64,6
Completou o ensino médio, mas não concluiu a Graduação	38,4	61,6	41,5	58,5
Completou a graduação, mas não concluiu a Pós-graduação	51,8	48,2	57,5	42,5
Pós-graduação completa	55,5	44,5	63,1	36,9
Não sei	30,6	69,4	32,2	67,8

Fonte: Elaboração própria com base no Microdados do Enem 2023.

A partir da análise dos dados, observa-se que os pais ou responsáveis de estudantes autodeclarados brancos/as são maioria entre os que têm ensino superior completo e, de outro lado, pais ou responsáveis de estudantes negros/as marcam presença majoritária entre os que acumulam menos anos de estudo, demonstrando a persistência das desigualdades raciais na educação. As famílias com níveis elevados de escolaridade, além de maiores recursos intelectuais, possuem melhor inserção profissional, maiores retornos financeiros, mais tempo para acompanhamento da rotina escolar, bem como conseguem incorporar recursos extracurriculares nos processos formativos (Feijó; França; Pinho Neto, 2022; Lahire,1997). Ainda sobre esse ponto, alguns estudos indicam que o acompanhamento e a exigência de disciplina na realização das atividades têm mais impacto no desempenho dos/as estudantes do que o tipo de escola em que a formação acontece (Araujo; Almeida, 2013).

Retomando a perspectiva de que as desigualdades educacionais são uma questão social, é necessário refletir sobre as famílias provenientes dos lares monoparentais femininos. Nesses domicílios a sobrecarga, a falta de tempo e os parcos recursos financeiros aumentam a probabilidade de evasão e reprovação, bem como dificultam o investimento e acompanhamento mais sistemático na educação dos/as filhos (Costa; Cia; Barham, 2007). É importante destacar nesse cenário que as mulheres negras marcam presença majoritária entre as chefes de família no Brasil (Dieese, 2025).

Os estudos no campo da sociologia do trabalho demonstram, em geral, uma correlação positiva entre credenciais de escolaridade e oportunidades no mercado de trabalho (Lima; Abdal, 2007; Segnini, 2000). No que diz respeito à ocupação[4] dos pais/mães ou pessoa responsável na amostra analisada, observa-se o seguinte cenário (Tabela 2).

A análise demonstra que os responsáveis das famílias negras estão alocados/as em ocupações relacionadas aos setores rurais, domésticos, de cuidado e de serviços, historicamente marcados por piores condições de trabalho e salário. De outro lado, nas ocupações de maior prestígio social, há presença majoritária de responsáveis brancos/as.

Tal distribuição ocupacional tem impacto no rendimento das famílias analisadas na amostra. Os dados disponibilizados pelo Inep adotam o modelo utilizado pelo IBGE na divulgação dos Indicadores Sociais Mínimos, ou seja, a renda foi agrupada em classes de salários-mínimos (Tabela 3).

[4] No questionário socioeconômico do Enem, as ocupações foram divididas em seis grupos (5 agrupamentos, baseadas na Classificação Brasileira de Ocupações e a opção "Não sei").

Tabela 2 – Ocupação dos pais ou pessoa responsável.

Ocupação		Mãe		Pai	
		Branca (%)	Negra (%)	Branca (%)	Negra (%)
Grupo 1	Lavrador/a, agricultor/a sem empregados, boia fria, criador/a de animais (gado, porcos, galinhas, ovelhas, cavalos etc.), apicultor/a, pescador/a, lenhador/a, seringueiro/a, extrativista	26,7	73,3	30,8	69,2
Grupo 2	Diarista, empregado/a doméstico/a, cuidador/a de idosos, babá, cozinheiro/a (em casas particulares), motorista particular, jardineiro/a, faxineiro/a de empresas e prédios, vigilante, porteiro/a, carteiro/a, office-boy, vendedor/a, caixa, atendente de loja, auxiliar administrativo, recepcionista, servente de pedreiro, repositor/a de mercadoria	32,7	67,3	32,8	67,2
Grupo 3	Padeiro/a, cozinheiro/a industrial ou em restaurantes, sapateiro/a, costureiro/a, joalheiro/a, torneiro/a mecânico/a, operador/a de máquinas, soldador/a, operário/a de fábrica, trabalhador/a da mineração, pedreiro/a, pintor/a, eletricista, encanador/a, motorista, caminhoneiro/a, taxista	35,2	64,8	34,5	65,5
Grupo 4	Professor/a (de ensino fundamental ou médio, idioma, música, artes etc.), técnico/a (de enfermagem, contabilidade, eletrônica etc.), policial, militar de baixa patente (soldado, cabo, sargento), corretor/a de imóveis, supervisor/a, gerente, mestre/a de obras, pastor/a, microempresário/a (proprietário/a de empresa com menos de 10 empregados), pequeno/a comerciante, pequeno/a proprietário/a de terras, trabalhador/a autônomo/a ou por conta própria	49,3	50,7	50,9	49,1
Grupo 5	Médico/a, engenheiro/a, dentista, psicólogo/a, economista, advogado/a, juiz/juíza, promotor/a, defensor/a, delegado/a, tenente, capitão/ã, coronel, professor/a universitário/a, diretor/a em empresas públicas ou privadas, político/a, proprietário/a de empresas com mais de 10 empregados	64,2	35,8	64,2	35,8
Não sei		35,2	64,8	32,6	67,4

Fonte: Elaboração própria com base no Microdados do Enem 2023.

Tabela 3 – Relação entre Renda Mensal Familiar e Cor/raça.

Renda Cor/Raça	Branca (%)	Negra (%)	Total (%)
Nenhuma renda	28,8	71,2	3,4
Até 2	31,3	68,6	62,8
Mais de 2 a 5	44,5	55,5	23,8
Mais de 5 a 10	58,6	41,4	6,4
Mais de 10 a 20	72,5	27,5	2,3
Mais de 20	75,5	24,5	1,3

Fonte: Elaboração própria com base no Microdados do Enem 2023.

A classe que possui mais estudantes, no geral, é a de "até dois salários-mínimos" (63,2%). Os dados da tabela demonstram que os/as estudantes negros marcam presença majoritária nas faixas salarias mais baixas, enquanto, nas classes salariais mais altas, há predomínio de estudantes brancos/as.

O rendimento familiar impacta na estrutura do domicílio, na qualidade nutricional, no acesso a livros, computadores, internet e nas oportunidades de lazer. Esses acessos incidem de maneira direta nos processos de aprendizagem, no aproveitamento escolar e têm impactos significativos no desempenho no Enem (Jaloto; Primi, 2021; Sena; Harr; Helene, 2025). Em decorrência de processos históricos e institucionais que produziram o racismo estrutural (Almeida, 2018; Nascimento, 2016), as famílias negras enfrentam maiores dificuldades financeiras, têm menos tempo para acompanhar o processo de escolarização de seus filhos/as, cujo abandono escolar é mais recorrente, tendo em vista a necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho para colaborar com o subsídio econômico de seus lares (Ratusniak; Da Silva, 2022).

Nesse ponto, é importante destacar também que os domicílios de estudantes negros/as analisados na amostra, além de ter os menores rendimentos, são também os que abrigam mais pessoas. A quantidade de indivíduos por domicílio tem um impacto inversamente proporcional no investimento educacional, ou seja, quanto mais pessoas residentes no mesmo domicílio, menores são as possibilidades de acompanhamento do itinerário formativo e atenção prestada pelos pais (Hasenbalg; Silva, 2003).

Os dados analisados demonstram aspectos das desigualdades raciais na estrutura das moradias e no acesso a recursos que podem otimizar o aproveitamento escolar. Nos domicílios de estudantes brancos/as, há mais quartos disponíveis, facilitando a construção de espaços exclusivos para estudo e descanso. A quantidade de pessoas e a infraestrutura da residência podem interferir no desempenho escolar:

> Muitos alunos são obrigados a conviver com inadequados hábitos noturnos de familiares que, por ignorância ou impossibilidade, não respeitam suas necessidades psico/fisiológicas. Obrigados a dividir um mesmo e restrito espaço físico, quando necessitam ter um ambiente protegido de estimulação sensorial para conciliar e manter sono dentro dos padrões normais de sua faixa etária, eles mais cedo ou mais tarde manifestarão no desempenho escolar, profissional e afetivo as consequências do mal dormir (Andraus; Joffily, 2010, p. 4).

Os domicílios de estudantes negros/as são os que menos têm acesso a eletrodomésticos que facilitam a rotina com as demandas domésticas, tais como micro-ondas e máquinas de lavar. A presença de tais equipamentos pode redundar em menos tempo dedicado à realização de trabalho doméstico, podendo resultar em mais tempo direcionado à educação – algo que impacta especialmente as meninas, tendo em vista à tradicional divisão sexual do trabalho que delega a elas a responsabilidade pelas tarefas de cuidado.

Ainda nesse ponto, vale destacar que dentre os/as estudantes que responderam não ter acesso à internet em casa, 71,4% são negros/as. Dispensa mencionar o quanto a internet pode contribuir com o desempenho educacional. Esse impacto foi sentido de forma mais contundente durante o período da pandemia, que intensificou as desigualdades raciais na educação devido ao acesso menor a esse recurso entre estudantes negros no contexto de ensino remoto (Venturini *et al.*, 2020).

As questões problematizadas aqui são fundamentais para a compreensão de alguns mecanismos estruturais que retroalimentam os ciclos de desigualdades raciais, especialmente na educação. O sucesso e o fracasso escolar não estão relacionados apenas a características intrínsecas do/a estudante, mas são também fortemente impactados pelas condições objetivas e simbólicas aqui discutidas. Tal compreensão é fundamental para problematizar perspectivas baseadas na meritocracia e sinaliza a importância da implementação de políticas públicas intersetoriais para mitigação das desigualdades educacionais, especialmente no ensino superior.

Considerações Finais

Os resultados apresentados por este artigo destacam que estudantes autodeclarados/as negros e provenientes das escolas públicas foram maioria entre os/as inscritos/as no Enem em Goiás, no ano de 2023. Embora o estudo aqui apresentado não tenha se debruçado sobre as questões de desempenho no exame, é possível afirmar, a partir da bibliografia que orientou a análise, que estudantes negros/as, mesmo sendo maioria entre as pessoas inscritas, é o grupo que apresenta

condições desfavoráveis que, como demonstrado, podem impactar suas trajetórias escolares e, portanto, diminuir suas possibilidades de ingresso no ensino superior.

As reflexões aqui apresentadas demonstram a persistência dos mecanismos que retroalimentam as assimetrias raciais e reforçam a importância das ações afirmativas enquanto política pública educacional de reparação histórica, uma vez que as desigualdades raciais na educação, observadas na atualidade, foram sendo gestadas historicamente e seguem impactando a trajetória de sucessivas gerações.

O estudo aponta também a necessidade do aperfeiçoamento das escolas públicas de educação básica no que se refere à dimensão da infraestrutura. O investimento em bibliotecas, laboratórios de informática, rede de internet, bem como a melhoria das condições de trabalho e salários das/os professoras/es, são fundamentais para alcançar a qualidade dos itinerários formativos nesses espaços.

Os resultados discutidos podem também subsidiar a implementação de políticas públicas educacionais de Estado, no sentido de garantir que grupos historicamente excluídos das instituições públicas de educação superior possam acessar, permanecer e concluir, com qualidade, seus processos formativos.

Referências

Almeida, S. L. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

Andraus, N. M.; Joffily, S. B. Reflexos da má qualidade de sono no cotidiano escolar. *In*: II Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica. Campos dos Goytacazes: Essentia Editora IFFluminense, 2010.

Araujo, E. S. P.; Almeida, A. T. C. Avaliação dos resultados educacionais dos alunos das escolas municipais de João Pessoa-PB. *MPGOA*, v. 2, n. 2, p. 46-63, 2013. Doi: https://doi.org/10.23179/2317-9082.

Bello, L. Indicadores educacionais avançam em 2024, mas atraso escolar aumenta. *Agência IBGE Notícias*, [*s. l.*], 13 jun. 2025. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43699-indicadores-educacionais-avancam-em-2024-mas-atraso-escolar-aument. Acesso em: 7 jul. 2026.

Bourdieu, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: Bourdieu, P.; Nogueira, M. A.; Catani, A. (org.). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, 2007.

Bourdieu, P.; Passeron, J.-C. *Os herdeiros*. Florianópolis: EdUFSC, 2014.

Brasil. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 15 nov. 2025.

Brasil. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 abr. 2026. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2026/lei-15388-14-abril-2026-798950-publicacaooriginal-178891-pl.html. Acesso em: 6 jul. 2026.

Brasil. Ministério da Educação. Portaria nº 468, de 3 de abril de 2017. Dispõe sobre a realização do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, 4 abr. 2017. Disponível em: https://riep.inep.gov.br/items/24ea55f0-4ae2-4a3c-b1bd-c3fd5f09aa0e. Acesso em: 6 jul. 2026

Cerqueira, C. A.; Sawyer, D. R. O. T. Tipologia dos estabelecimentos escolares brasileiros. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 24, n. 1, p. 53-67, 2007. Doi: https://doi.org/10.1590/S0102-30982007000100005.

Costa, C. S. L.; Cia, F.; Barham, E. J. Envolvimento materno e desempenho acadêmico: comparando crianças residindo com a mãe e com ambos os pais. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 11, p. 339-351, 2007.

De Sousa, C. C.; Izaú, V. R. Escrevivências de alunas negras: construções e resistências na escola. *Educação e Políticas em Debate*, v. 6, n. 3, p. 372-386, 2017.

Dieese. *Boletim Especial 8 de março de 2025*: Mulher chefia mais domicílios, mas segue com menos direitos e oportunidades no trabalho. São Paulo: Dieese, 2025. Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2025/mulheres2025.html. Acesso em: 3 jul. 2026

Domingues, P. Movimento Negro e educação, alguns subsídios históricos. *In*: Marcon, F.; Sogbossi, H. B. *Estudos africanos, história e cultura afro-brasileira*: olhares sobre a Lei 10.639/03. São Cristóvão: Editora UFS, 2007.

Fanon, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

Feijó, J. R.; França, J. M. S.; Pinho Neto, V. R. Desempenho dos estudantes ao final do ensino médio: Mensurando a influência direta e indireta da educação dos pais. *Revista Brasileira de Economia*, v. 76, p. 30-56, 2022. Doi: https://doi.org/10.5935/0034-7140.20220003.

Garcia, R. A.; Rios-Neto, E. L. G.; Miranda-Ribeiro, A. Efeitos rendimento escolar, infraestrutura e prática docente na qualidade do ensino médio no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 38, e0152, 2021. Doi: https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0152.

Gomes, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei federal nº10.639/03. Brasília: MEC, SECAD, 2005. p.39-62. (Coleção Educação para Todos).

Gomes, N. L. Cultura negra e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 3, p. 75-85, 2003a.

Gomes, N. L. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. *Revista Brasileira de Política e Administração*, v. 27, n. 1, p. 109-121, 2011.

Gomes, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, v. 29, p. 167-182, 2003b.

Gomes, N. L. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. *Cadernos Pagu*, n. 6/7, p. 67-82, 1996.

Gonzalez, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

Guimarães, U. A.; Lins, M. N. P. M. Racismo, saúde mental e educação: impactos na subjetividade e no processo de aprendizagem. *RevistaFt*, v. 30, n. 156, p. 1-6, 2026.

Hasenbalg, C.; Silva, N. V. (org.). *Origens e destinos*: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022*. Pessoas com ensino superior completo. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/10063#resultado. Acesso em: 7 jul. 2026.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar da Educação Básica 2023*. Resumo Técnico. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 7 jul. 2026.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Microdados do Enem 2023*. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enem. Acesso em: 7 jul. 2026.

Jaloto, A.; Primi, R. Fatores socioeconômicos associados ao desempenho no Enem. *Em Aberto*, v. 34, n. 112, 2021.

Lahire, B. *Sucesso escolar nos meios populares*: as razões do improvável. São Paulo: Editora Ática, 1997.

Lima, M.; Abdal, A. Educação e trabalho: a inserção dos ocupados de nível superior no mercado formal. *Sociologias*, n. 17, p. 216-238, 2007. Doi: https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000100009.

Malusá, S; Ordones, L. L. M.; Ribeiro, E. ENEM: pontos positivos para a educação brasileira. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 3, n. 2,. Doi: https://doi.org/10.14393/REPOD-v3n2a2014-30284.

Matos, P. M.; França, D. X. Implicações do racismo no processo educativo de estudantes negros. *Educere et Educare*, v. 16, n. 40, p. 1-18, 2021.

Moura, C. Escravismo, Colonialismo, Imperialismo e Racismo. *In*: Moura, C. *Brasil*: raízes do protesto negro. São Paulo: Dandara, 2023. p. 53-730.

Nascimento, A. *O genocídio do negro brasileiro*: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva SA, 2016.

Oliva, A.; Da Conceição, M. T. A construção de epistemologias insubmissas e os caminhos possíveis para uma educação antirracista e anticolonial: Reflexões sobre os 20 anos da Lei 10.639/2003. *Revista História Hoje*, v. 12, n. 25, 2023.

Oliveira, J. P. Educação da população negra no Brasil: interdições, resistências e ações afirmativas. *Revista Estudos Aplicados em Educação*, v. 9, e20249519, 2024.

Paula, M. F. C. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. *Avaliação*: *Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 22, n. 2, p. 301-315, 2017.

Ratusniak, C.; Silva, C. B. Aexpulsão escondida na evasão escolar: gênero, raça e fracasso escolar. *Revista Educação, Cultura e Sociedade*, v. 12, n. 1, 2022.

Rezende, A. B.; Carvalho, M. P. Formas de ser menino negro: articulações entre gênero, raça e educação escolar. *In*: Carvalho, M. P. (org.). *Diferenças e desigualdades na escola*. São Paulo: Papirus, 2012. p. 39-73.

Riani, J. L. R.; Rios-Neto, E. L. G. Background familiar versus perfil escolar do município: qual possui maior impacto no resultado educacional dos alunos brasileiros? *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 25, n. 2, p. 251-269, 2008. Doi: https://doi.org/10.1590/S0102-30982008000200004.

Rosemberg, F. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 515-40, 2001.

Santos, J. *Democratização do colo: educação antirracista para e com bebês e crianças pequenas*. Papirus Editora, 2024.

Segnini, L. R. P. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, p. 72-81, 2000. Doi: https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000200011.

Sena, T. S.; Harr, E.; Helene, O. Estudo da relação entre o desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio e alguns indicadores sociais e econômicos. *SciELO Preprints*, 2025. Doi: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.12047.

Souza, N. S. *Tornar-se negro*: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

Trevisol, J. V.; Mazzioni, L. A universalização da Educação Básica no Brasil: um longo caminho. *Roteiro*, v. 43, n. 3, p. 13-46, 2018. Doi: https://doi.org/10.18593/r.v43iesp.16482.

Venturini, A. C. *et al.* As desigualdades educacionais e a covid-19. *Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19*, n. 3, 2020.

Colaboradores

J. P. OLIVEIRA: Conceitualização, Curadoria dos dados, Análise formal, Metodologia e Redação – revisão e edição. A. L. R. CARVALHO: Conceitualização, Investigação, Metodologia e Redação – rascunho original.